

Governo investiga o Cimi

João Alves quer dossiê da denúncia contra soberania

O ministro do Interior, João Alves, disse ontem que solicitou ao presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Romero Jucá, um dossiê completo a respeito das denúncias que vêm sendo feitas pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Essas denúncias dizem que entidades internacionais, apoiadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), estariam promovendo um "lobby" para restringir a soberania do País nas áreas indígenas. Assim que tiver em mãos o "dossiê" o Ministro dará o encaminhamento que considerar conveniente.

O governador de Roraima, Getúlio Cruz, que visitou o Ministro, disse que "os brasileiros, tanto do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não podem assistir passivamente essa denúncia". Ele considera que há indícios de que os índios estão sendo utilizados como escudo para interesses que não são os seus, mas confessou "não ter elementos de convencimento pessoal" que definam a quem elas estão servindo".

— Não sei se há segmentos da esquerda envolvidos na tentativa de criar uma

Nação, onde prevalecessem regimes coletivistas de produção, ou se por trás disso tudo está o financiamento do grande capital internacional, com vista a reservar a Amazônia como estoque estratégico de matéria-prima", disse Getúlio.

Como exemplo, ele citou que "há uma enorme abundância de estanho no mercado e a exploração desse minério, do qual há enorme jazida na área onde vivem os índios Yanomami, iria provocar uma baixa de preço no mercado internacional".



João Alves quer saber tudo sobre as verbas do CIMI

Ministérios ajudam a apurar

O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, receberá da Assembleia Nacional Constituinte, ainda esta semana, um requerimento de informações sobre as atividades do Cimi — Conselho Indigenista Missionário. O pedido partiu do senador Odacir Soares (PFL-RO) que deseja "obter subsídios que permitam estudar a formulação de futuro projeto de resolução" sobre o assunto.

As perguntas de Odacir Soares são dirigidas a três ministérios — Fazenda, Justiça e Trabalho — e ao Banco Central. Do Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, o senador quer saber qual a situação jurídica do

CIMI e se o organismo goza de isenções, se presta contas regulares da movimentação de seus recursos nos termos da legislação vigente. O Banco Central deverá responder se existe alguma espécie de controle sobre o ingresso de moeda estrangeira para a entidade, e qual é o montante desses recursos.

As perguntas dirigidas ao Ministério do Trabalho são referentes à situação de estrangeiros que venham trabalhar eventualmente em entidades religiosas-missionárias. No caso específico do CIMI, quantos estrangeiros entram no País nos últimos 5 anos, quais os seus países de origem e qual a sua formação profissional. O se-

nador quer saber ainda quais são os privilégios das entidades religiosas de caráter missionário no que diz respeito à entrada e saída, no Brasil, de colaboradores estrangeiros. Do Ministério da Justiça, o senador Odacir Soares quer saber qual é o controle que o Departamento de Polícia Federal tem sobre a movimentação de religiosos e leigos estrangeiros a serviços de entidades missionárias no País, especialmente o CIMI. O senador, ao final do requerimento encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência, pede que as informações sejam prestadas em caráter de urgência, dada a denúncia formulada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

CNBB nega que o documento exista

O documento "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", que vem sendo citado pelo jornal "O Estado de S. Paulo" como do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs e que visa a criação de um movimento para fazer da Amazônia um "patrimônio da Humanidade", teve sua existência contestada ontem pelo cônego Celso Pedro da Silva, subsecretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "O Estadão parte de um documento cuja existência é negada pelo Conselho Mundial das Igrejas, completamente desconhecido pela CNBB e pelo Cimi e, desse documento inexistente, tira conclusões dentro de uma montagem teatral", afirmou o cônego Celso.

A conclusão do subsecretário da CNBB é a de que "se o ponto de partida da série de matérias é falso, são falsas todas as conclusões". O secretário-geral do Cimi, Antônio Brand, entende que "a cada reportagem que sai, ficam mais claros os reais objetivos dessa sordida e caluniosa campanha contra o trabalho dos missionários católicos no Brasil".

O objetivo, segundo Brand, é o de "varrer de uma vez por todas as expectativas indígenas na Assembleia Nacional Constituinte e inviabilizar os trabalhos dos missionários, de apoio às comunidades indígenas pelo Brasil afora".

Quando às 100 máquinas a que se refere a matéria do Estadão, "que o Cimi receberia, Brand ironizou afirmando que espera que a Receita Federal de Belém intercepte-as e as apresente ao público. As matérias do jornal paulista, admite Brand, "deixam claro que o Cimi, os missionários e a Igreja Católica, cometeram um grande crime", que foi o de sobrepor a sobrevivência das comunidades à voracidade das grandes empresas de mineração".

Os motivos de "O Estadão" dedicar "tamanho espaço a esta campanha", de acordo com Brand, é porque "o Cimi ousou discordar dos interesses das mineradoras". Ele lamentou que algumas autoridades estejam "fazendo coro a esta campanha".

Assusta muito constatar que algumas importan-

PFL pode mudar programa e sigla

O PFL convocou uma convenção extraordinária para 28 de novembro, quando examinará o posicionamento diante do Governo, a conveniência de manter a Aliança Democrática e a possibilidade de reformulação do programa e da sigla a fim de obter a adesão de políticos de outros partidos.

A grande sensação do encontro foi o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), que mostrou um documento enviado ao presidente do TCU sobre a atuação do ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, defendido pelo presidente do partido, senador Marco Maciel (PE).

O PFL fará um estudo sobre as consequências políticas e administrativas do processo de esvaziamento do INAMPS através de convênios com Estados e Municípios. O estudo será encaminhado ao Presidente da República e terá como base relatório do deputado Jofran Frejat (PFL-DF).

ARTICULAÇÕES

José Lourenço fez uma

Covas: PMDB está inchado

O PMDB é um partido inchado, cheio de contradições, defeições e rebeldias. Por outro lado, sofre de problemas de condução, na medida em que prefere protelar a tomada de decisões em vez de adotar posições claras que redefinam o perfil partidário.

Esta avaliação foi feita ontem pelo senador Mário Covas, líder peemedebista na Constituinte, ao admitir que o seu partido necessita de uma reciclagem urgente para retomar o espaço social-democrata que sempre ocupou junto ao eleitorado brasileiro. Da forma que está, dividido entre vários grupos, ele entende que o PMDB está se descaracterizando.

Citando a convenção nacional realizada no mês passado, o senador paulista afirmou que o PMDB precisa reunir suas bases com mais frequência para a discussão dos assuntos nacionais. "Traçada a linha partidária, quem não estiver satisfeito que abandone a legenda".

Numa análise dos blocos internos do partido, Covas considerou "mais fácil" atrair o Movimento de Unidade Progressista (de esquerda) para as propostas programáticas do que o Centro Democrático (conservador e base de sustentação do Governo). De qualquer forma, ele deixou claro que nem uma nem a outra facção representa o PMDB histórico, de linha social-democrata.

Aliás, o líder desconhece o tamanho deste seu antigo PMDB, diluído entre os 305 constituintes que compõem a salada ideológica que é hoje o partido. Segundo ele, o importante não é o número de parlamentares que permanecerá com as teses históricas, mas a retomada da sua linha política.

"O partido engordou muito quando chegou ao Governo. Depois desse processo de depuração, podemos perder peso, mas ficaremos mais esbeltos e mais fortes", explicou o senador paulista.

exposição sobre as conversas mantidas com o presidente José Sarney e o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), sobre a nomeação do novo superintendente da Sudene. O presidente Sarney está decidido a conversar, antes da nomeação, com o ministro do Interior, João Alves, para evitar o que aconteceu com Joaquim Francisco e Dorany Sampaio. Lourenço está certo de que o escolhido será "palatável".

Antes da convenção de 28 de novembro o PFL fará dois programas em rede nacional de TV e rádio. O primeiro a 13 de setembro e o segundo a 26 de novembro. Neste haverá uma explanação sobre a convenção extraordinária que marcará o processo de independência do PFL em relação ao PMDB, já que a Constituinte estará em sua fase final.

Caso sejam aprovadas modificações no estatuto, sigla etc, já estará convocada a de 26 de maio, seis meses para ratificar as alterações, como exige a lei. O senador Marco Maciel fez um relatório sobre no-

vas adesões e de propostas de reformulação partidária.

DESDOBRAMENTOS

Antes de começar a reunião da Executiva, Lourenço mostrou a todos uma cópia de telex remetido ao presidente do TCU sobre irregularidades do ministério. Com os braços abertos e esticados, dizia enfaticamente: "Dá uma braca". Entre as novas acusações está a de concessão de Cz\$ 3 bilhões a uma associação para debates sobre Constituinte e os gastos do INAMPS com publicidade.

Marco Maciel, que defendeu o ministro Raphael de Almeida Magalhães, ficou, no entanto, preocupado quando foram discutidas as consequências políticas e administrativas de recentes convênios do Ministério sobre assistência médica. A impressão generalizada é de que isso prejudicará a Previdência e será um forte instrumento de pressão política. Uma comissão estadualará a questão em detalhes e Maciel levará as conclusões ao presidente Sarney.

GIVALDO BARBOSA



Conselho de Genebra protesta

O Conselho Mundial de Igrejas enviou ontem mensagem ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, "lamentando profundamente" as notícias de que as entidades católicas brasileiras, notadamente o CIMI e a CNBB, estivessem articulando um movimento contrário à soberania do Estado brasileiro em terras indígenas na Amazônia.

A carta, que tem a assinatura do reverendo Emílio Castro, secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, condena matéria publicada inicialmente pelo jornal "O Estado de S. Paulo", que vem — segundo a entidade — perturbar o Congresso Constituinte com uma referência tendenciosa e distorcida sobre a atuação das Igrejas brasileiras.

Ainda na mensagem, o Conselho assegura que a única declaração oficial sobre povos indígenas e

seu direito à terra foi aprovada em julho de 1982, com o seguinte "desafio" às Igrejas membros:

"A luta dos povos indígenas pelos seus direitos à terra desafia as Igrejas a serem fiéis ao evangelho da reconciliação e à afirmação bíblica da criação de todos os seres humanos à imagem de Deus. A exigência da justiça é essencial para essa reconciliação. A revelação de Deus tem levado os cristãos a uma nova compreensão de responsabilidade profética de proclamar a prioridade bíblica da justiça. Por isso, cabe à Igreja expressar solidariedade com os oprimidos por todas as formas compatíveis com a fé e reconhecendo sua culpa no pecado do racismo. As tentativas de negar aos povos indígenas sua identidade, somente podem ser contestadas quando os oprimidos são capacitados espiritualmente e politicamente".

O Conselho Mundial das Igrejas termina reafirmando a declaração do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, sobre a garantia dos direitos dos índios na nova Constituição.

O pastor Silvio Schneider, secretário de imprensa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, e que transmitiu a comunicação da entidade geral de Genebra para o deputado Ulysses Guimarães, interpretou o documento como uma forma de refutar qualquer hipótese de o Conselho visar estabelecer o conceito de soberania restrita em terras indígenas, com vistas à exploração de recursos minerais.

Ao final do documento, o reverendo Emílio Castro abençoa o Congresso Constituinte e ressalta ter esperança de que o mesmo "reafirme as melhores tradições da justiça do Brasil".

Bispo acha tudo "quixotesco"

"A campanha do Estadão é como um romance em que se precisam criar todas as circunstâncias para dar a impressão de realidade e objetividade". A comparação é do ex-presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Dom Tomás Balduino, atual bispo de Goiás Velho. Para ele, a série de matérias do jornal paulista "é pura montagem".

Dom Tomás, fazendo outra comparação, disse que "isto é uma espécie de mol-

nho de vento contra o qual investe o Estadão, sendo que a diferença de Cervantes é que se trata de uma montagem sobre mentiras". Disse ainda que "toda a montagem encobre algumas coisas".

— O que estão encobrindo é a entrega de nossa soberania econômica às empresas multinacionais, através da liberação incondicional do nosso subsolo, não só das reservas indígenas.

O ex-presidente do Cimi

manifestou sua estranheza e revolta "com algumas altas autoridades do governo, que além de fazer coro com esta paranóia quixotesca, já estão determinando medidas policiais visando as missões religiosas nas áreas indígenas.

Para Dom Tomás, a primeira matéria publicada na edição de domingo do Estadão, causou impacto. As demais matérias, em sua opinião, "são apenas uma diluição da primeira, não trazendo fatos novos.